

MUDANÇAS CURRICULARES E MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO

CURRICULUM CHANGES AND THE IMPROVEMENT OF PUBLIC EDUCATION

Pesquisador responsável: Márcia Aparecida Jacomini

Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas –
Campus Guarulhos – Departamento de Educação

RESUMO

Este projeto foi elaborado por pesquisadores do Grupo Escola Pública e Democracia (Gepud), que vem estudando e acompanhando a implementação de políticas educacionais em escolas de rede estadual paulista desde 2018. A finalidade da pesquisa é contribuir para a melhoria do ensino público por meio de uma ação conjunta entre pesquisadores de universidades e gestores de sete escolas da rede estadual para a implementação reflexiva, crítica e criativa da Base Nacional Comum Curricular, do Programa Inova Educação e do Novo Ensino Médio, em diálogo com as realidades e necessidades das escolas. Em que medida e como as escolas podem se apropriar criticamente das diretrizes das políticas curriculares oficiais, articulando-as a seus projetos político-pedagógicos locais? Para lidar com esta problemática, propõe-se a realização de uma pesquisa-ação com o objetivo de construir e implementar propostas curriculares respaldadas na autonomia das escolas e na participação democrática das comunidades, considerando suas especificidades, demandas e conhecimentos. Espera-se que o projeto contribua de forma concreta para a melhoria do ensino público do estado de São Paulo, materializada, por exemplo, na melhoria do desempenho dos/as estudantes nas avaliações externas e na diminuição das taxas de reprovação e evasão escolares. Além disso, o projeto pretende fortalecer e consolidar espaços de formação continuada nas unidades escolares e, de forma mais geral, produzir conhecimento teórico-prático sistematizado sobre processos de implementação de políticas curriculares complexas desde as escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas Curriculares; Gestão Democrática Escolar; Pesquisa-Ação; Novo Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

This project was elaborated by researchers from Group “Public School and Democracy” (Gepud), which has been studying and monitoring the implementation of education policies in the State of São Paulo public-school system since 2018. The purpose of the research is to contribute to the improvement of public education through a joint action between university researchers and managers of seven schools in the State public-school system for the reflective, critical, and creative implementation of the Brazilian National Common Core Standards, the Program “Inova Educação” and the Secondary Education Reform, in dialogue with the realities and needs of the schools. To what extent and how can schools critically appropriate the guidelines of the official curriculum policies, articulating them to their local political-pedagogical projects? To deal with this issue, we propose to carry out an action research with the aim of building and implementing curricular proposals supported by the autonomy of schools and the democratic participation of communities, considering their specificities, demands and knowledge. It is expected that the project will contribute in a concrete way to the improvement of public education in the State of São Paulo, materialized,

for example, in better performances of students in external evaluations and in the reduction of school failure and dropout rates. In addition, the project intends to strengthen and consolidate spaces for continuing education in schools and, more generally, to produce systematic theoretical-practical knowledge on implementation of complex curricular policies from schools onwards.

KEYWORDS: Curriculum Reform; Democratic School Management; Action Research; Secondary Education Reform; Brazilian National Common Core Standards.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e a Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) constituem importantes mudanças na configuração da educação básica no Brasil, as mais significativas desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 9.394/1996). Passado o processo de elaboração dessas políticas educacionais, amplamente criticadas devido à ausência de uma efetiva participação das comunidades escolares – em contraposição à marcante presença de setores da sociedade civil vinculados ao capital em sua formulação (CÁSSIO, 2019; AVELAR & BALL, 2019; TARLAU & MOELLER, 2020) –, os sistemas de ensino encontram-se em fase de implementação de políticas como a BNCC e o Novo Ensino Médio (NEM). Trata-se, pois, de um momento crucial para ações de elaboração do currículo escolar e a produção de conhecimento sobre as formas pelas quais a implementação de políticas curriculares se dá nas escolas, com vistas a contribuir para a melhoria do ensino público.

Em certa medida, pode-se dizer que a rede estadual paulista, uma das maiores do país, com 3.471.516 estudantes matriculados (INEP, Censo Escolar 2020), se adiantou à ideia de uma BNCC ao instituir a Proposta Curricular de São Paulo, por meio do Programa São Paulo Faz Escola (SÃO PAULO, 2008a, 2008b), que consiste num currículo único e centralizado com materiais didáticos destinados especificamente a estudantes, professores e gestores. As ações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) durante as discussões da BNCC indicam alinhamento em relação ao debate nacional, como evidenciado nas Resoluções SE n. 18/2016 e n. 55/2017, que instituíram, respectivamente, uma Comissão Especial de mobilização para construção da BNCC e um comitê para planejamento de ações visando à implementação da BNCC. A primeira teve o objetivo de articular a discussão da proposta preliminar da BNCC junto à rede de ensino; e a segunda, de planejar ações e propor estratégias de implementação da BNCC no estado. Essas ações confluíram para o anúncio,

feito em 2021 pelo secretário da educação Rossieli Soares da Silva¹, de que São Paulo seria o primeiro estado do país a implementar a BNCC e o NEM.

Em 2019, a Seduc-SP anunciou o Programa Inova Educação, que trazia como mote a necessidade de conectar as escolas aos jovens do século XXI e seria implantado, a partir de 2020, em todas as escolas que atendem estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. O Inova toma como referência o currículo das escolas do Programa Ensino Integral (PEI), e acrescenta cinco aulas por semana à jornada escolar, sendo duas da disciplina “Projeto de Vida”, duas de disciplinas eletivas e uma da disciplina “Tecnologia e Inovação” (de seis, os estudantes passaram a ter sete aulas por dia). Isso implicou na diminuição do tempo das aulas de 50 para 45 minutos – e num aumento de 15 minutos no tempo diário dos estudantes na escola (resultando no aumento de uma hora e 15 minutos na carga horária semanal). A proposta para as aulas de Projeto de Vida foi desenvolvida em parceria da Seduc-SP com o Instituto Ayrton Senna, que vem disseminando pesquisas e projetos focalizados no desenvolvimento de habilidades socioemocionais (SMOLKA et al., 2015; RATIER, 2019). Já as disciplinas eletivas, devem contemplar temáticas como empreendedorismo, educação financeira, economia criativa, olimpíadas científicas, teatro etc.

Apesar das dificuldades causadas pela pandemia e pela suspensão das atividades escolares presenciais no início de 2020, a Seduc-SP manteve a implementação do Inova Educação e deu continuidade à agenda de implantação da BNCC e do NEM, com início de implementação para o primeiro ano do ensino médio previsto para 2021. Concomitantemente, a Seduc-SP operou uma ampliação do PEI, e a quantidade de escolas vinculadas ao Programa quintuplicou entre 2019 e 2022. Em 2018 eram 364 escolas, passando para 417 em 2019, 669 em 2020, 1.077 em 2021 e 1.855 em 2022.² Devido às limitações ocasionadas pelas atividades remotas, a participação das comunidades escolares nos processos de tomada de decisão pela adesão ao PEI foi bastante limitada.³

¹ Em 2019, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) iniciou sua sétima gestão consecutiva no governo do estado de São Paulo, com a eleição de João Doria. Rossieli Soares da Silva, que foi secretário de educação básica do Ministério da Educação, atuou diretamente na formulação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC. Tornou-se ministro da educação no final do governo de Michel Temer (abril a dezembro de 2018) e assumiu a Seduc-SP logo em seguida, em janeiro de 2019.

² *Programa Ensino Integral (PEI) – Implementação em São Paulo: 2019-2022*. Documento apresentado em reuniões com supervisores de ensino e diretores escolares no ano de 2021.

³ De acordo com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, “metade dos alunos cadastrados nas escolas da rede pública de Ensino – mais de 1,67 milhão de estudantes – não acessou a plataforma para acompanhar os conteúdos de aulas à distância implantados pela Pasta da Educação (...) ao longo de 10 meses da pandemia”.

A partir de 2022, as novas políticas curriculares serão efetivamente implementadas nas escolas da rede estadual paulista, sendo relevante acompanhar e propor intervenções para a articulação das disciplinas da formação geral básica àquelas dos novos itinerários formativos (componentes do Inova Educação – anos finais do ensino fundamental e ensino médio; e Percursos de Aprofundamento Curricular – ensino médio) com base nas demandas e interesses das comunidades escolares, na cultura das escolas e nas propostas educativas expressas em seus projetos político-pedagógicos, tendo em vista a melhoria do ensino.

Os pesquisadores das universidades e das escolas, envolvidos na apresentação deste projeto de pesquisa à linha de fomento Programa Ensino Público, desenvolvem projeto de extensão desde 2019, quando foi criado o Grupo Escola Pública e Democracia (Gepud)⁴, que reúne profissionais da educação básica e superior públicas do estado de São Paulo (no caso da educação superior, também de instituições privadas) para discutir a relação entre políticas educacionais e práticas escolares. O Gepud tem se dedicado ao estudo das propostas educativas da rede estadual paulista e à discussão de sua implementação desde as escolas, orientando-se pelos princípios constitucionais do direito à educação, da gestão democrática da escola e da qualidade socialmente referenciada da educação pública no país.⁵

Essa experiência, que permitiu a consolidação de um trabalho sistemático com sete escolas da rede estadual de ensino, embasa e dá sustentação à realização da pesquisa-ação proposta neste projeto, que visa contribuir para a melhoria do ensino público e da formação dos estudantes a partir de uma implementação reflexiva, crítica e criativa da BNCC, do NEM e do Inova Educação, em estreito diálogo com as realidades e necessidades das escolas por meio de processos democráticos de participação; num formato de pesquisa em que a

Disponível em: www.tce.sp.gov.br/6524-metade-alunos-rede-publica-estado-nao-acessou-videoaulas. Acesso em: 15 set. 2021.

⁴ Disponível em: www.gepud.com.br. Acesso em: 15 set. 2021.

⁵ Está em desenvolvimento, com previsão de término em dezembro de 2021, o projeto de extensão “Construindo propostas educacionais: reflexões e práticas”, cadastrado junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de São Paulo (código 16556) e coordenado por Márcia Aparecida Jacomini. O Gepud se reúne mensalmente, e realizou três seminários com participação de professores, estudantes e pais/responsáveis das escolas, em 2019, com a finalidade de estudar e analisar o Programa Inova Educação e elaborar estratégias de implementação das disciplinas Projeto de Vida, eletivas e Tecnologia e Inovação, articuladas às demandas e interesses das comunidades escolares. Em 2020 e 2021, o Gepud acompanhou de forma sistemática as orientações para implantação da BNCC e do NEM na rede estadual paulista, e realizou o curso de extensão “Construindo proposta curricular para o Inova Educação” (código 20340), com participação de professores que ministram disciplinas do Programa Inova Educação nas escolas participantes do Gepud. No âmbito deste projeto, também foi elaborado material analítico sobre o Programa Inova Educação, juntamente com a ONG Ação Educativa (GOULART *et al.*, 2021).

investigação do objeto de estudo considera a intervenção dos pesquisadores da educação básica e superior.

JUSTIFICATIVA

A reforma educacional que envolve a BNCC, o NEM e o Programa Inova Educação reorganizará radicalmente o currículo escolar, o que terá sérias implicações no trabalho pedagógico na gestão das escolas. Assumindo que a educação não é um empreendimento neutro e que o currículo escolar expressa concepções de formação e situa-se em um campo de disputa que envolve conhecimento e poder (APPLE, 2006; ARROYO, 2011), os processos de implementação de políticas curriculares nas escolas são necessariamente acompanhados por processos de ressignificação das propostas oficiais. Isso porque

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino. É uma prática que se expressa em componentes práticos diversos. (...) É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc. (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 15-16)

Dessa forma, a construção participativa e democrática da implementação dessas políticas no cotidiano das escolas poderia dar maior coerência à prática que resultará da interação do texto das legislações, das orientações da Seduc-SP, da cultura escolar e das demandas da comunidade, buscando contornar a fragmentação decorrente de processos de implementação de políticas curriculares em que cada professor ressignifica as novas propostas desarticuladamente ao projeto educativo expresso no projeto político-pedagógico da escola.

As orientações da Seduc-SP, especialmente a partir da gestão de 2007-2010, que implementou a Proposta Curricular de São Paulo, atribuem à equipe gestora da escola (composta por diretor, vice-diretor e professor coordenador) um papel preponderante na implementação das políticas educacionais, especialmente curriculares. De acordo com a Resolução SE n. 88/2007, o professor coordenador deve atuar como gestor implementador da política curricular.

Em vista disso e da experiência do Gepud com diretores, vice-diretores e professores coordenadores, este projeto de pesquisa terá a equipe gestora das escolas como organizadora e orientadora da implementação de um currículo *construído pela escola* com base na BNCC, no NEM e no Inova Educação, que articula os componentes curriculares relativos à formação geral básica aos itinerários formativos.

Para tanto, as ações nas escolas considerarão as expectativas e a formação inicial e continuada de suas equipes docentes, de modo que a implementação dos itinerários previstos pela Seduc-SP esteja diretamente implicada no projeto profissional e pedagógico da equipe. De outra parte, também será necessário conhecer as expectativas formativas dos/as jovens de cada escola em relação ao percurso escolar a partir de seu meio social, integrando o corpo discente na construção do projeto escolar específico ante uma realidade social local e nacional.

Assim, para além do foco da implementação dos itinerários formativos em si, espera-se que as escolas possam construir, realizar e avaliar projetos que contribuam com a formação geral básica de seus estudantes, aspecto fundamental para garantir seu pleno desenvolvimento, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho – finalidades da educação escolar expressas na LDB – e também para a melhoria do ensino e do desempenho dos estudantes nas avaliações externas.

No que se refere aos itinerários formativos do NEM⁶, buscaremos, juntamente a cada uma das sete escolas, desenvolver propostas de disciplinas e projetos que articulem os conhecimentos curriculares aos aspectos culturais, sociais e econômicos, capazes de promover o respeito à diversidade e que favoreçam a organização dos conteúdos. Compartilhamos com Forquin a compreensão de que

Se não há realmente ensino possível sem o reconhecimento, por parte daqueles a quem o ensino é dirigido, de certa legitimidade da coisa ensinada, corolário da autoridade pedagógica do professor, é necessário também, e antes de tudo, que este sentimento seja partilhado pelo próprio professor. (...) É por isso que todo questionamento ou toda crítica envolvendo a verdadeira natureza dos conteúdos ensinados, sua pertinência, sua consistência, sua utilidade, seu interesse, seu valor educativo ou cultural, constitui para os professores um motivo privilegiado de inquieta reação ou de dolorosa consciência. (FORQUIN, 1993, p. 9)

⁶ Na rede estadual paulista, envolvem os componentes do Inova Educação e dos Percursos de Aprofundamento Curricular. Tais itinerários foram discutidos dentro do Gepud nos seminários de 2019, nas propostas das novas disciplinas do Inova Educação construídas em 2020 e no curso “Construindo proposta curricular para o Inova Educação” (ver Nota 5).

Entendemos que o desenvolvimento deste projeto de *pesquisa-ação* se apoia na gestão democrática da escola pública, que na rede estadual paulista “tem por finalidade possibilitar à escola maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade do ensino ministrado” (SÃO PAULO, 1998). Assim, mesmo se tratando de uma autonomia limitada pela legislação nacional e estadual, a escola tem autonomia para adequar o conteúdo das políticas curriculares à sua realidade, de acordo com os princípios estabelecidos em seu projeto político-pedagógico. Mais do que isso, a reelaboração democrática das reformas curriculares por parte das escolas é elemento essencial para que as mudanças implementadas ganhem sentido no contexto escolar e efetivamente contribuam para a melhoria do ensino público.

É nessa perspectiva que a experiência acumulada pelo Gepud pode beneficiar as escolas estaduais participantes do projeto. À medida em que se propõe a construção participativa de uma proposta curricular referenciada na BNCC, no NEM e no Inova Educação, as escolas já não serão meras executoras de reformas curriculares pensadas a partir de fora, mas poderão atribuir às reformas sentidos não contemplados nos textos legais e nas orientações oficiais, adequando-as ao projeto educacional pensado pela comunidade.

O projeto se justifica, portanto, pelo potencial de contribuir para que um conjunto de sete escolas traduza para seus contextos locais as reformas curriculares induzidas pela BNCC, pelo NEM e pelo Inova Educação, por meio do estabelecimento de diálogo entre o conteúdo das propostas oficiais e a realidade das escolas, considerando os interesses e as necessidades de suas comunidades. Além de melhorar a aprendizagem dos estudantes – verificada nas avaliações externas e no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp) –, o caráter participativo do projeto também contribuirá para uma formação alinhada a valores democráticos. Soma-se a isso a produção de conhecimento sistematizado sobre a implementação de políticas curriculares no nível das escolas, a partir da experiência da pesquisa-ação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso problema de pesquisa e intervenção se situa no entroncamento de duas grandes políticas educacionais nacionais – a BNCC e o NEM – e de um programa estadual – o Inova Educação (que compõe o NEM). Em diálogo com a literatura crítica sobre a BNCC, o

NEM e o Inova Educação, compreendemos essas políticas educacionais em sua historicidade, sem negar os elementos de conflituosidade que forjam a ação política nas escolas.

As atuais reformulações do currículo nacional (em especial, a Reforma do Ensino Médio), constituem desdobramentos de um processo de disputa entre concepções educacionais que se desenrola no Brasil há duas décadas, mas que remonta à história da educação no século XX (SAES, 2020). A luta pela escola igualitária e de qualidade para todos tomou formas diversas ao longo da história do Brasil e, nos anos 1990, se apresentou como um projeto antineoliberal com vistas à ampliação do acesso, à melhoria da qualidade, à remoção dos obstáculos formais para a continuidade da escolarização e a um melhor financiamento e consolidação do sistema público de educação (RIKOWSKI, 2017).

Ao mesmo tempo, a conservação da histórica dualidade educacional jamais deixou de ser disputada por agentes privados que se dedicam à formulação de políticas educacionais e à afirmação de uma oferta educativa orientada ao desenvolvimento do capital humano e calcada no aprendizado de competências e habilidades (MELLO, 2002). Em consonância com as concepções veiculadas por agências multilaterais, esses agentes privados formam redes de políticas com diferentes objetivos, a depender da posição dos países no capitalismo internacional (SHIROMA, 2020).

Esses aparelhos privados de hegemonia – como classifica Fontes (2020) a partir de Gramsci – têm se tornado hegemônicos na construção de uma concepção de educação pública voltada para a empregabilidade e com ênfase no caráter comportamental, em detrimento da apropriação das bases científicas e tecnológicas (RUMMERT, ALGEBAIL & VENTURA, 2013). Casimiro (2018) mostra como esses aparelhos privados de hegemonia avançaram na difusão dos pressupostos da economia de mercado e dos valores conservadores, foram eficazes na desestruturação e na desarticulação de movimentos sociais e trabalhistas e, por meio da Reforma do Aparelho de Estado nos anos 1990, ampliaram a sua inserção no Estado e na sociedade civil na forma das autointituladas entidades filantrópicas.

Em estudo sobre o processo de debate público em torno da BNCC, Michetti (2020) mostra como os campos em disputa se desenharam, constituindo um campo hegemônico na elaboração do currículo nacional – agentes do poder executivo em seus três níveis, conselhos e “associações sem fins lucrativos, em especial o Movimento pela Base (MpB), mas também o Todos pela Educação (TpE) e, individualmente, institutos e fundações familiares e empresariais” (MICHETTI, 2020, p. 3); e outro, não-dominante, crítico, constituído por

associações nacionais de pesquisa em educação, faculdades de educação de universidades públicas, movimentos de educação e sindicatos docentes.

O campo crítico evidenciou a elaboração da BNCC por agentes privados do campo empresarial e financeiro – inspirados no *common core* estadunidense com caráter privatista e mercantil (TARLAU & MOELLER, 2020) – bem como questionou o projeto educativo efficientista da BNCC, centralizado em competências, metodologias diretivas e materiais prescritivos (FILIPE, SILVA & COSTA, 2021).

Ao longo de 2017, a elaboração da BNCC do ensino médio foi atrelada à reforma desta etapa da educação básica. A terceira versão do documento foi, assim, subordinada à Medida Provisória n. 746/2016 e à sua sucedânea Lei n. 13.415/2017 (CÁSSIO, 2019). Os argumentos em favor da reforma vinham sendo construídos desde o PL n. 6.840/2013, no qual já aparecia a ênfase nas áreas do conhecimento e a opção por itinerários formativos, embora com a defesa do aumento da carga horária e da educação integral.

A ênfase nas áreas e a opção por itinerários formativos permaneceram centrais na Lei n. 13.415/2017 (que enfatizou a BNCC, ainda que sem apresentá-la), porém com redução curricular e de carga horária em comparação a 2013 (JACOMINI & NOVAES, 2018; CORTI, 2019). As justificativas apresentadas pelos grupos favoráveis à reforma foram a baixa qualidade do ensino médio atual (refletida nos resultados nas avaliações externas) e a rigidez e a baixa atratividade da escola (refletidas em elevados índices de abandono e reprovação no ensino médio) (FERRETI, 2018). O campo crítico argumentou que, ao diferenciar o atendimento e obstaculizar a universalização, a Reforma do Ensino Médio mina a garantia do direito à educação (FERRETI & SILVA, 2017).

Na prática, a reforma preconiza uma flexibilização em três níveis: 1) escola de jornada ampliada (integral) e de turno único; 2) escolha de diferentes itinerários formativos; e 3) itinerários formativos diversos por estado (FERRETI, 2018). As prováveis implicações da ruptura com a universalização são o direcionamento de estudantes-trabalhadores para percursos profissionalizantes aligeirados e o aprofundamento do dualismo estrutural do sistema público brasileiro (CUNHA, 2017; KUENZER, 2017; PIOLLI & SALA, 2020).

A Reforma do Ensino Médio é, em muitos sentidos, a expressão de um processo de mercadificação da educação pública que envolve sujeitos individuais e coletivos, organizados em redes locais e globais com agentes privados do setor financeiro, organismos internacionais e governos (PERONI, CAETANO & LIMA, 2017) que impulsionaram a reforma e pareciam partir

de um ponto comum: a necessidade de mudança. Com efeito, setores progressistas e ultraliberais partiam da mesma afirmação de que era preciso mudar (CORTI, 2019). A disputa se apresentava, inclusive, na apropriação e na ressignificação de consignas progressistas como “direito”, “participação”, “mudança”, “autonomia”, entre outras (ARANTES, 2004).

A centralização da elaboração do NEM pode ser verificada pelo desenrolar do processo de elaboração dos currículos estaduais no âmbito da Frente “Currículo e Novo Ensino Médio”⁷ (GOULART & ALENCAR, 2021), presidida pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e que produziu documentos nacionais de orientação para a implantação da reforma nos estados – acompanhada de perto pelo MpB, que mantém um observatório específico para o NEM.⁸

As limitações da participação ampla e democrática no processo de elaboração e implantação de políticas educacionais complexas como a BNCC e o NEM são apontadas por diversos autores e autoras. Chaves (2021), por exemplo, descreve a pseudoparticipação como uma “edificação da subjetividade coletiva do senso comum” (GRAMSCI *apud* CHAVES, 2021) em que as frações econômica e politicamente dominantes conduzem o processo, incluindo de maneira formal – e sem efetiva intervenção no processo político – as frações subalternas.⁹ É o que Michetti (2020, p. 9) chama de “participação crítica nos espaços formais”, que aparece como eixo dos processos de disputa tanto do NEM quanto da BNCC. No caso do NEM, deve-se ainda levar em conta que a implementação está sendo realizada durante a pandemia de Covid-19, que suspendeu por longo tempo a convivência escolar. Em São Paulo, milhares de estudantes diretamente atingidos pelas mudanças em vista foram instados pela Seduc-SP ao preenchimento de um formulário *online* para a escolha dos novos itinerários formativos, a despeito dos problemas de conectividade amplamente documentados durante a pandemia.¹⁰ O mesmo ocorreu com o Inova Educação, elaborado entre 2018 e 2019 e implementado na rede estadual em 2020, quando as escolas estavam com atividades presenciais suspensas.

Assim, em consonância com os objetivos da pesquisa-ação, este projeto não pretende apenas conhecer como agem os sujeitos na “ponta”, os valores que os movem, os

⁷ Ver: www.consed.org.br/consed/gt-ensino-medio/sobre-a-frente-de-curriculo. Acesso em: 15 set. 2021.

⁸ Ver: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-novo-ensino-medio-curriculo>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁹ A respeito da “participação” e do debate público no processo de elaboração da BNCC, ver Cássio (2017, 2019).

¹⁰ Ver nota 4.

comportamentos e as tradições que os limitam. O projeto pretende, a partir de uma posição epistemológica de totalidade (KOSIK, 1976), intervir junto aos sujeitos escolares com a intenção tanto de compreender os determinantes da política educacional de forma mais ampla, quanto de agir a partir da cultura política dos participantes em sua própria constituição como sujeitos autônomos e como coletivo pactuado.

Compreendemos a escola tanto em sua estrutura administrativa, correspondente à ordenação racional orientada pelo Estado, quanto em relação a uma dinâmica que é própria da escola enquanto grupo social que reinterpreta as orientações oficiais (LIMA, 2008) a partir de “um sistema de normas e valores também internamente desenvolvidos” (CANDIDO, 1964). Considerar a escola como organização complexa, nos termos de Tragtenberg (2004), exige um olhar sobre a totalidade de suas relações internas e de suas relações diretas e indiretas com outras instituições da sociedade.

PROBLEMA DE PESQUISA

Os descompassos entre o texto da legislação, as orientações oficiais e o que é de fato realizado nas escolas impõem diversos obstáculos à implementação de propostas educacionais. Inclusive, registra-se na literatura que tais descompassos decorrem da inabilidade ou do despreparo daqueles que estão na ponta do processo (BARRIGA & ESPINOSA, 2001). De mesma forma, registra-se que a rígida separação entre aqueles que elaboram as políticas e aqueles que as executam – no caso da educação, profissionais da educação e estudantes – é um dos principais aspectos que contribuem para o insucesso das políticas educacionais no tocante à melhoria da qualidade do ensino; destacando-se, por isso, a importância da participação das comunidades escolares também na elaboração das políticas e das propostas educativas (PARO, 2016, 2018). Assim, não surpreende que processos verticalizados de formulação das políticas educacionais, apoiados em pseudoparticipação e que desconsideram a multiplicidade de conhecimentos, concepções, ideologias e posições políticas, encontrem dificuldades durante a fase de implementação.

Como mostramos, vários estudos indicam que a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, em nível nacional, e o Programa Inova Educação e o NEM, na rede estadual paulista, pouco dialogaram com setores da sociedade civil que, desde o processo de redemocratização vêm defendendo propostas respaldadas na defesa do direito à educação pública para todos e com

qualidade socialmente referenciada. Isso pode ser um desencadeador de resistências passivas e ativas, desde as escolas, à implementação dessas políticas.

Com base nesses entendimentos, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: é possível que, apesar do pouco diálogo governamental com as comunidades escolares nos processos de elaboração da BNCC, do NEM e do Inova Educação, as escolas se apropriem criticamente das diretrizes associadas à implementação dessas políticas e as articulem a seus projetos político-pedagógicos? Dada a finalidade do Programa Ensino Público da Fapesp, a que este projeto se vincula, o problema de pesquisa abre a possibilidade de construir, juntamente com um grupo de escolas estaduais da Grande São Paulo, processos criativos para a organização e o desenvolvimento do novo currículo em diálogo com os projetos educativos das escolas. Trata-se de colocar a comunidade escolar na condição de sujeito que não apenas reproduz as prescrições oficiais, mas que reflete criticamente com o conhecimento teórico-prático produzido no contexto da própria escola.

OBJETIVOS

Objetivos gerais

Construir e implementar propostas curriculares, para o Programa Inova Educação, o NEM e a BNCC, num processo crítico e criativo e respaldado na autonomia das escolas e na participação democrática das comunidades escolares, considerando suas especificidades, demandas e conhecimento. Produzir conhecimento sobre mudanças curriculares no contexto de uma pesquisa-ação.

Objetivos específicos

1. Construir e operacionalizar instâncias de avaliação, debate e deliberação coletiva na comunidade escolar para dar suporte à implementação do currículo proposto nas referidas políticas e a partir das demandas das escolas;
2. Articular a proposta curricular expressa na BNCC, no NEM e no Programa Inova Educação aos projetos educativos das escolas, evitando o estreitamento da formação e contribuindo para o pleno desenvolvimento dos estudantes e para a melhoria do desempenho das escolas no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp);

3. Acompanhar a formação de uma geração de estudantes no NEM e analisar os impactos dos novos itinerários formativos em seus percursos escolares (e/ou profissionais) durante e após o término desta etapa da educação básica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se inscreve na tipologia da pesquisa qualitativa em educação (LÜDKE & ANDRÉ, 2013), com base num trabalho colaborativo de estudo, reflexão e prática via metodologia de pesquisa-ação (THIOLLENT, 2000; BARBIER, 2007). Logo, todas as atividades (incluindo a elaboração do presente projeto de pesquisa) foram e serão realizadas com base na participação dos pesquisadores e profissionais da educação básica e superior.

Por ser este um projeto de colaboração entre escolas públicas de educação básica e universidades, ele pressupõe a ciência e a concordância da comunidade escolar em relação à sua atuação nas atividades de estudo, discussão/reflexão, elaboração de propostas curriculares e respectiva implementação ao longo dos quatro anos de execução. Assim, o projeto foi construído juntamente com os gestores das escolas e previamente apresentado, discutido e aprovado nos Conselhos de Escola das sete instituições envolvidas.

Na pesquisa-ação, as ações dos pesquisadores têm por objetivo transformar a realidade e produzir conhecimentos nesse processo (BARBIER, 2007). Aqui, a pesquisa-ação visa tanto ao objetivo prático de implementar, nas escolas participantes, propostas curriculares com base num processo analítico, reflexivo, crítico e criativo, quanto à produção do conhecimento sobre processos de implementação de políticas curriculares desde as escolas. A equipe de pesquisa está ciente de que na pesquisa-ação,

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob a forma da ação correta;
- c) o objeto da investigação não é constituído pelas pessoas, e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 2000, p. 16)

Com isso almejamos que, ao final do processo, ambos os objetivos – prático (intervenção para melhoria do ensino) e teórico (produção do conhecimento) – sejam realizados. O desenvolvimento da pesquisa terá como preocupação a melhoria da qualidade do ensino público e a formação dos estudantes. Nessa perspectiva, a participação democrática será tomada como método para a construção de uma compreensão da reforma curricular no contexto mesmo de sua implementação.

Entendemos que estudantes, professores, agentes escolares, familiares e gestores constituem grupos com características específicas no contexto escolar, e, por isso, serão desenvolvidas dinâmicas diferenciadas que contemplem tais especificidades, particularmente com a comunidade externa (inicialmente representada pelos familiares dos alunos), sem comprometer a perspectiva de integração da comunidade escolar, compreendida como um coletivo que compartilha objetivos comuns. Assim:

- em relação aos **profissionais da educação**, serão realizadas reuniões semanais para estudo, discussão e encaminhamentos relativos à implementação dos itinerários formativos no ensino médio e do Inova Educação nos anos finais do ensino fundamental;
- em relação aos **estudantes**, serão realizadas atividades em sala de aula para discussão curricular, reuniões com representantes de classe e assembleias com o objetivo de escutar suas opiniões e demandas e discutir propostas relativas às disciplinas do Inova Educação e dos Percursos de Aprofundamento Curricular;
- em relação aos **familiares**, serão realizadas reuniões trimestrais, ou de acordo com as necessidades e dinâmicas de cada escola, em dias e horários que favoreçam maior participação, para debater as propostas curriculares articuladas às demandas e realidades das comunidades.

Tendo em vista que o trabalho realizado pelo Gepud (reuniões, seminários, cursos, organização de material) e a elaboração deste projeto foram os passos iniciais, pretende-se realizar as seguintes atividades no decorrer da pesquisa: 1) reuniões semanais dos gestores bolsistas das escolas com o grupo de professores para discussão teórica e prática sobre os itinerários formativos (componentes do Inova Educação e dos Percursos de Aprofundamento Curricular); 2) reformulação do projeto político-pedagógico da escola tendo em vista as mudanças curriculares produzidas na inter-relação das propostas expressas nas referidas políticas educacionais com demandas e significados formativos da comunidade escolar; 3) reuniões quinzenais/mensais dos pesquisadores da escola e da universidade para acompanhamento dos trabalhos; 4) participação dos pesquisadores da universidade em

atividades da escola diretamente relacionadas ao projeto: Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), reuniões com familiares, Conselho de Escola, Conselho de Classe etc.; 5) reuniões bimestrais das equipes de pesquisa de todas as escolas para discussão e encaminhamento dos trabalhos; 6) realização de cursos de formação (na forma de atividades de extensão universitária) com vistas ao desenvolvimento do projeto; 7) produção de material didático-pedagógico a partir das propostas curriculares desenvolvidas.

As reuniões, seminários e demais atividades de formação continuada serão registradas por meio de diários de campo e gravações em áudio e vídeo, para a produção de um acervo documental dos dados da pesquisa. Os dados coletados nessas atividades, bem como a legislação e os documentos escolares, serão analisados à luz de categorias analíticas construídas com base nos objetivos da pesquisa e no conteúdo do material (BARDIN, 2004).

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a realização deste projeto traga três importantes resultados:

- a)** Melhoria do ensino público produzida por reformas curriculares (BNCC, NEM e Inova Educação) articuladas aos projetos educacionais das escolas, pautadas num processo de participação democrática da comunidade escolar e orientadas pela metodologia da pesquisa-ação. Em relação a isso, de forma mais objetiva, espera-se obter um melhor desempenho dos estudantes no Saesp e uma diminuição da reprovação e da evasão escolares, consubstanciados no aumento do Idesp das sete escolas vinculadas ao projeto (conforme a Tabela 1);
- b)** Produção de conhecimento sobre mudanças curriculares, com base em metodologia participativa de pesquisa-ação, em que a comunidade escolar, em trabalho colaborativo com a universidade, se faz sujeito do processo;
- c)** Formação de professores/pesquisadores vinculados à educação básica e no espaço das escolas, o que poderá contribuir para a melhoria dos processos educativos, da aprendizagem e da formação dos estudantes. Da mesma forma, a pesquisa contribuirá para o fortalecimento do Gepud como espaço compartilhado entre escola pública e universidade para estudo, reflexão crítica e realização de políticas, programas e projetos educacionais.

O conhecimento teórico-prático sistematizado pela pesquisa poderá, ainda, constituir contribuição relevante aos estudos sobre implementação de políticas curriculares, servindo como subsídio para gestores educacionais de diferentes instâncias da administração pública.

Tabela 1. Idesp das escolas estaduais (EE) participantes do projeto.

EE	ANO	IDESP 2019	META 2025
Prof. Antonio Viana de Souza	9º ano EF	3,20	4,79
	3º ano EM	3,66	4,06
Vereador Antônio de Ré	9º ano EF	3,44	4,50
	3º ano EM	2,92	3,50
Asa Branca da Serra	9º ano EF	3,56	5,35
	3º ano EM	2,27	4,70
Maestro Brenno Rossi	9º ano EF	3,47	3,71
	3º ano EM	1,80	2,40
José Cândido de Souza	9º ano EF	6,00	6,50
	3º ano EM	NA*	NA*
Profa. Márcia Aparecida da Silva Faria Ries	9º ano EF	3,28	4,22
	3º ano EM	2,64	3,52
Profa. Maria José Antunes Ferraz	9º ano EF	3,37	4,00
	3º ano EM	2,46	3,00

*A EE José Cândido de Souza só possui classes de ensino fundamental.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelas escolas. A Meta 2025 refere-se ao que cada escola pretende alcançar com base no desenvolvimento de seu projeto, tendo em vista o Idesp de 2019. Devido à pandemia, não houve produção do Idesp em 2020.

DESAFIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS DA PESQUISA

O principal desafio deste projeto será manter as comunidades escolares envolvidas nas atividades de estudos, discussão, reflexão, construção e implementação dos itinerários formativos baseados na BNCC, no NEM e no Inova Educação. O fato de as escolas envolvidas participarem do Gepud desde 2019 fornece um bom prognóstico de seu envolvimento e permanência durante todo o período de desenvolvimento da pesquisa. Contamos com o fato de os diretores de todas as escolas serem profissionais efetivos na rede estadual e estarem comprometidos a permanecer em suas unidades escolares durante os próximos quatro anos. O mesmo compromisso se estende a vice-diretores e professores coordenadores, conquanto estes sejam ocupantes de função (menor estabilidade no cargo). Outro desafio será integrar os professores não efetivos que vierem a assumir aulas nas escolas participantes no decorrer da pesquisa. Embora desafiadoras, consideramos que essas questões podem ser equacionadas pela equipe de pesquisadores vinculada às escolas e às universidades. A proposta é que cada escola seja acompanhada por duplas ou trios de pesquisadores

provenientes das universidades. Além disso, contaremos com estudantes de mestrado e doutorado que desenvolverão pesquisas articuladas ao projeto.

Por fim, duas contribuições decisivas para um bom desenvolvimento desta pesquisa são: 1) a experiência prévia dos proponentes deste projeto com a pesquisa “Política Educacional na Rede Estadual Paulista (1995-2018)”, financiada pela Fapesp (processo n. 2018/09983-0), que granjeou um amplo conhecimento das políticas educacionais paulistas; e 2) o fato de as equipes de pesquisa vinculadas às escolas participarem do Gepud desde 2019, estando, portanto, fortemente comprometidas com a realização do projeto.

CRONOGRAMA ANUAL DE EXECUÇÃO

PERÍODO/ATIVIDADE	2022	2023	2024	2025
Revisão da literatura; levantamento e análise da legislação				
Atividades de estudos nas escolas				
Elaboração e implementação de proposta curricular, com base nos itinerários formativos e no Inova Educação, articulada ao projeto educativo das escolas				
Acompanhamento das atividades da pesquisa (reuniões e seminários)				
Produção material didático-pedagógico para a implementação das propostas curriculares				
Seminários semestrais com as escolas envolvidas para discussão sobre o andamento da pesquisa, troca de experiências e encaminhamentos coletivos				
Realização de entrevistas semiestruturadas				
Análise dos dados				
Avaliação da proposta dos itinerários formativos e do Inova Educação				
Produção de relatórios parciais				
Elaboração de artigos com dados parciais				
Apresentação de trabalho em eventos				
Elaboração do relatório final				
Escrita de artigos com os resultados				
Organização de livro com o conjunto dos resultados				
Prestação de contas à Fapesp				

DISSEMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Além da divulgação dos resultados sistematizados pela pesquisa juntamente às comunidades das escolas participantes, por meio de reuniões e seminários, serão realizados seminários para a divulgação dos resultados ao conjunto das escolas de educação básica da rede pública de ensino, especialmente da rede estadual paulista. Também produziremos textos para divulgação na imprensa, com vistas a atingir um público mais amplo. As análises e resultados da pesquisa serão apresentadas em eventos acadêmicos, artigos, livros e capítulos. O material produzido também será disponibilizado no *website* do Gepud.

OUTROS APOIOS

A pesquisa contará com apoio da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do ABC (UFABC).

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARANTES, P. E. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004 [2000]. p. 165-189.
- ARROYO, M. G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Educational Development*, v. 64, p. 65-73, 2019.
- BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro, 2007.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70.
- BARRIGA, A.; ESPINOSA, C. El docente en las reformas educativas: sujeto o ejecutor de proyectos ajenos. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 25, p. 17-41, 2001.
- BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- CANDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. *Educação e Sociedade: leituras em sociologia da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 107-128.
- CASIMIRO, F. H. C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CÁSSIO, F. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. *Nexo*, 02 dez. 2017.

_____. Existe vida fora da BNCC? In: CÁSSIO, F.; CATELLI JR., R. (Orgs.). *Educação é a Base?* 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019. p. 13-39.

CHAVES, P. M. Uma base para a semiformação socializada: a vulgarização da crítica como estratégia de produção do consenso. *Educação em Revista*, v. 37, e228059, 2021.

CORTI, A. P. Política e significantes vazios: uma análise da reforma do ensino médio de 2017. *Educação em Revista*, v. 35, e201060, 2019.

CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 373-384, 2017.

FERRETI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n. 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

FILIFE, F. A.; SILVA, D. S.; COSTA, A. C. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 29, n. 112, p. 783-803, 2021.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e o Marxismo*, v. 8, n. 14, p. 15-35, 2020.

FORQUIN, J. C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIMENO SACRISTÁN, J. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOULART, D. C.; ALENCAR, F. Inova Educação na rede estadual paulista: programa empresarial para formação do novo trabalhador. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 13, n. 1, p. 337-366, 2021.

GOULART, D. C.; SIQUEIRA, G. D.; NASCIMENTO, T. F. M.; LOURENÇO, V. C. *Inova Educação: leitura crítica sobre a proposta de reforma educacional dirigida à juventude paulista*. São Paulo: Ação Educativa / Gepud / Unifesp, 2021. (no prelo)

JACOMINI, M. A.; NOVAES, L. C. Políticas educacionais para a educação básica pós-impeachment de Dilma Rousseff: rupturas na continuidade. In: SILVA, F. C. T.; CARVALHO, C. H. (Orgs.). *Escritas da pesquisa em educação no Centro Oeste*. v. 3. Campo Grande: Editora Oeste, 2018. p. 111-136.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

LIMA, L. C. *A escola como organização educativa*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013.

MELLO, G. N. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo: Cortez, 2002.

- MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, e3510221, 2020.
- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. 4ª ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.
- _____. *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. 2ª ed. rev. São Paulo: Intermeios, 2018.
- PERONI, V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. *Retratos da Escola*, v. 11, n. 21, p. 415-432, 2017.
- PIOLLI, E.; SALA, M. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. *Revista USP*, n. 127, p. 69-86, 2020.
- RATIER, R. Escola e afetos: um elogio da raiva e da revolta. In: CÁSSIO, F. (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 151-157.
- RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. *Retratos da Escola*, v. 11, n. 21, p. 393-414, 2017.
- RUMMERT, S. M.; ALGEBAILLE, E.; VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, p. 717-738, 2013.
- SAES, D. *Educação e classe social: o papel da classe média na formação do sistema de educação pública, na França (1880-1940)*. São Paulo: Laurent de Saes, 2020.
- SÃO PAULO (ESTADO); SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Resolução SE n. 76/2008a*. Dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo.
- _____. *Proposta curricular do estado de São Paulo*. São Paulo: SEE-SP, 2008b.
- SÃO PAULO (ESTADO); SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CEE n. 67/1998*. Normas regimentais básicas para as escolas estaduais.
- SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. *Revista de Estudios teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 5, e2014425, 2020.
- SMOLKA, A. L. B.; LAPLANE, A. L. F.; MAGIOLINO, L. L. S.; DAINEZ, D. O problema da avaliação das habilidades socioemocionais como *política pública*: explicitando controvérsias e argumentos. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 130, p. 219-242, 2015.
- TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 2000.
- TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.